Banco J.P. Morgan S.A.

C.N.P.J. n° 33.172.537/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício, o Banco apresentou um lucro de R\$ 355.799 mil, correspondente a R\$ 6,28 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 186.388 mil. Em 31 de dezembro de 2015, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 67,49 com aumento de 10,07% em relação ao exercício anterior. Índice de Basileia: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se

Ativo

Financeiro, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2015, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 16,69%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 4.111.063 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 2.710.010 mil. Gerenciamento de Risco: O conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/sg/finance

2015

A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678 também estão disponíveis no site mencionado. Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado Financeiro, sendo composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 17 de março de 2016.

São Paulo, 17 de março de 2016

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RES (Em milhares de reais, exceto					
	Segundo semestre 2015	Exercícios findem 31 de dezemb			
Receitas da intermediação					
financeira	. 2.214.983	5.406.737	2.609.015		
Operações de crédito	68.886	135.254	101.000		
Resultado de operações com					
títulos e valores mobiliários	. 1.341.376	3.261.240	2.502.939		
Resultado de operações					
de câmbio	. 804.721	2.010.243	33.446		
Despesas da intermediação					
financeira	(1.689.219)	(4.495.052)	(1.939.154		
Operações de captações no					
mercado	. (431.369)	(723.654)	(752.645		
Operações de empréstimos e					
repasses	(1.889.479)	(3.507.843)	(1.213.589		
Resultado com instrumentos		(005 :	(0		
financeiros derivativos		(263.360)	(28.370		
Reversão/(Provisão) para crédito	S				
e outros créditos de liquidação	()				
duvidosa (Nota 9 (c))	. (823)	(195)	27.080		
D					
Resultado bruto da intermediaçã		011 005	000 004		
financeira	525.764	911.685	669.861		
Outras receitas/(despesas)					
operacionais	. (306.380)	(494.338)	(160.739		
Receitas de prestação de					
serviços (Nota 23 (f))		315.034	266.387		
Despesas de pessoal	. (423.385)	(765.318)	(580.966		
Resultado de participações em					
controladas (Nota 13)	82.703	161.763	149.189		
Outras despesas administrativas	(440.040)	(000 (70)	/ / 00 000		
(Nota 23 (c))		. ,	(188.206		
Despesas tributárias	. (52.407)	(82.880)	(89.240		
Outras receitas operacionais	71 010	100 500	400 ===		
(Nota 23 (d))	. 71.648	138.529	433.570		
Outras despesas operacionais	(00.004)	(E0.000)	(151 470		
(Nota 23 (d))	. (28.801)	(59.289)	(151.473)		
Resultado operacional	. 219.384	417.347	509.122		
Resultado não operacional	191	207	(957)		
Pocultado antos da tributação					
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	210 575	117 554	508 165		
sobre o lucio e participações	219.575	417.554	508.165		
Imposto de renda e contribuição					
social (Nota 19)		(40.894)	(308.992		
Provisão para imposto de renda			(19.099		
Provisão para contribuição social					
Ativo/(Passivo) fiscal diferido		118.200	(266.671		
Participações no lucro					
(Nota 23 (e))	. (11.867)	(20.861)	(12.785		
			•		
Lucro líquido do semestre/					
exercício Número de ações (Nota 20)	. 211.771	355.799	186.388		

3,74 6,28

Lucro por ação no final do

semestre/exercício - R\$

BALANÇO PATRIMONIAL	EM 31 DE	E DEZEMBRO - (Em milhares de reais)	
2015	2014	Passivo	

Oire-de-	2013	2014	Oine de la	2013	2014
Circulante	32.670.220	33.697.102	Circulante		29.831.684
Disponibilidades (Nota 5)	108.599	400.004	Depósitos (Nota 16 (a))		2.554.867
Aplicações interfinanceiras de liquidez			Depósitos à vista		221.075
(Nota 6)		15.890.594	Depósitos interfinanceiros		2.016.865
Aplicações no mercado aberto	6.198.175	15.845.981	Depósitos a prazo	581.303	316.927
Aplicações em depósitos interfinanceiros	89.606	44.613			
Títulos e valores mobiliários e			Captações no mercado aberto (Nota 16 (b))	5.665.736	4.495.265
instrumentos financeiros derivativos			Carteira própria	743.540	43.260
(Notas 7 e 8)	16.165.730	10.449.809	Carteira de terceiros	4.853.220	3.972.528
Carteira própria	6.525.758	4.274.499	Carteira livre movimentação	41.241	479.477
Vinculados a compromissos de recompra	746.930	43.513	Captação COE	27.735	-
Vinculados a prestação de garantias	6.128.114	4.100.550			
Instrumentos financeiros derivativos	2.764.928	2.031.247	Relações interdependências	41.601	80.183
Relações interfinanceiras e			Recursos em trânsito de terceiros		80.183
interdependências	39.855	59.909			
Depósitos no Banco Central	39.832	59.906	Obrigações por empréstimos (Nota 17)	3.836.129	14.707.764
Outros	23	3	Empréstimos no exterior		
Operações de crédito (Nota 9)	709.031	921.722			
Empréstimo de ações	30	63.780	Obrigações por repasses no país	10.714	44.111
Setor privado	712.264	863.517	Obrigações por repasses - BNDES		44.111
Provisão para créditos de liquidação	712.204	000.517	Obligações por repasses BIVDEO	10.714	44.111
duvidosa	(3.263)	(5.575)	Instrumentos financeiros derivativos		
Outros créditos	9.353.665	(5.575) 5.971.735		3 063 390	2.792.137
	8.139.514	5.305.578	(Nota 8) Instrumentos financeiros derivativos		2.792.137
Carteira de câmbio (Nota 11)			instrumentos imanceiros derivativos	3.002.200	2.792.137
Rendas a receber	22.450	21.408	Outres shrines see	0.500.104	E 1E7 0E7
Negociação e intermediação de valores	1 000 101	400 405	Outras obrigações	8.539.104	5.157.357
(Nota 10)	1.030.494	498.405	Cobrança e arrecadação de tributos e	10.000	000
Diversos (Nota 12 (a))	163.248	153.639	assemelhados		862
Provisão para outros créditos de	(0.044)	(= 00=)	Carteira de câmbio (Nota 11)	6.947.358	4.348.065
liquidação duvidosa (Nota 9)	(2.041)	, ,	Sociais e estatutárias		7.080
Outros valores e bens	5.559	3.329	Fiscais e previdenciárias (Nota 12 (b))	127.942	16.240
Outros valores e bens	769	769	Negociação e intermediação de valores		
Despesas antecipadas	4.790	2.560	(Nota 10)	1.166.479	552.259
Realizável a longo prazo	2.267.885	2.284.141	Diversas (Nota 12 (c))	268.573	232.851
Títulos e valores mobiliários e					
instrumentos financeiros derivativos			Exigível a longo prazo		3.598.591
(Nota 8)	1.090.744	1.122.619	Depósitos (Nota 16 (a))	1.387.797	1.057.166
Instrumentos financeiros derivativos	1.090.744	1.122.619	Depósitos a prazo	1.387.797	1.057.166
Operações de crédito (Nota 9)	170.811	10.696			
Setor privado	170.960	10.696	Instrumentos financeiros derivativos		
Provisão para créditos de liquidação			(Nota 8)	6.079.034	1.606.892
duvidosa	(149)	-	Instrumentos financeiros derivativos	6.079.034	1.606.892
Outros créditos	1.006.330	1.150.826			
Carteira de câmbio (Nota 11)	-	265.560	Obrigações por repasses no país	-	9.827
Rendas a receber	562	17.146	Obrigações por repasses - BNDES	-	9.827
Diversos (Nota 12 (a))	1.013.379	868.120			
Provisão para outros créditos de			Outras obrigações	731.602	924.706
liquidação duvidosa (Nota 9)	(7.611)	-	Fiscais e previdenciárias (Nota 12 (b))	361.268	343.961
Permanente	1.079.485	922.453	Carteira de câmbio (Nota 11)		268.408
Investimentos	924.192	762.424	Diversas (Nota 12 (c))		312.337
Participações em controladas no país			(-1)		
(Nota 13)	923.381	761.612	Resultados de exercícios futuros	1.346	1.172
Outros investimentos	1.182	1.182			
Provisão para perdas	(370)		Patrimônio líquido (Nota 20)	3.821.849	3.472.249
Imobilizado de uso	144.856	148.953	Capital social		2.453.981
Imóveis de uso (Nota 14)	89.322	89.308	De domiciliados no país		9.032
			De domiciliados no exterior		
Outras imobilizações de uso	114.659	104.562			2.444.949
Depreciações acumuladas	(59.125)	(44.917)	Reservas de capital	27.011	25.464
Diferido	10.541	40.543	Reservas de lucros	1.349.950	994.151
Gastos de organização e expansão	12.541	12.541	Ajustes de avaliação patrimonial	(9.083)	(1.337
Amortização acumulada	(12.541)		Ações em tesouraria	(10)	(10
Intangível (Nota 15)	10.437	11.076			
Outros ativos intangíveis	10.437	11.076			

<u> </u>			ES DO PATRIMÔ servas de capital			s de lucros				
				Heserva	s de lucros					
	Capital social	Reserva de atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Em 31 de dezembro de 2013	2.453.981	214	24.939	249	140.064	667.699	-	-	(10)	3.287.136
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 22 (b)) Repagamento do plano baseado em ações (Nota 22 (b)) Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	179.817 (179.755)	-	-	-	-	-	179.817 (179.755)
Variação do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	(1.337)	-	-	(1.337)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	186.388	-	186.388
Reserva legal Reserva estatutaria	-	-	-	-	9.319	- 177.069	-	(9.319) (177.069)	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	2.453.981	214	24.939	311	149.383	844.768	(1.337)		(10)	3.472.249
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 22 (b))	-	(214)	-	85.393 (83.846) 214	-	-	(7.746)	- - - 355.799	-	85.393 (83.846) - (7.746) 355.799
Destinação do lucro líquido: Reserva legal Reserva estatutaria		<u> </u>	<u>-</u>	<u>-</u>	17.790	338.009	<u>-</u>	(17.790) (338.009)	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2015	2.453.981		24.939	2.072	167.173	1.182.777	(9.083)		(10)	3.821.849
Em 30 de junho de 2015	2.453.981		24.939	525	149.383	844.768	(3.340)	144.028	(10)	3.614.274
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 22 (b)) Repagamento do plano baseado em ações (Nota 22 (b)) Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	15.287 (13.740)	-	-	-		-	15.287 (13.740)
Variação do ajuste ao valor de mercado Lucro líquido do semestre Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	(5.743)	- 211.771	-	(5.743) 211.771
Reserva legal		<u> </u>		<u>-</u>	17.790	338.009	<u> </u>	(17.790) (338.009)		<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2015	2.453.981		24.939	2.072	167.173	1.182.777	(9.083)		(10)	3.821.849 Continua

Banco J.P. Morgan S.A.

C.N.P.J. n° 33.172.537/0001-98

continuação DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)							
	Segundo semestre		ícios findos e dezembro		Segundo semestre		cios findos dezembro
Atividades operacionais	2015	2015	2014		2015	2015	2014
Lucro líquido/(Prejuízo) ajustado	(4.377)	134.454	(143.576)	O-i 1/i-dit//kilid-\iiii			
Lucro líquido do semestre/exercício	211.771	355.799	186.388	Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais	239.780	(800.798)	(118.631)
Ajuste ao lucro líquido:	(216.148)	(221.345)	(329.964)	Atividades de investimento			
Reversão de provisão para operações de crédito	, ,	, ,	, ,	Aquisição de imobilizado de uso	(6.772)	(10.187)	(126.729)
e outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (c))	823	195	(27.080)				
Depreciações e amortizações	6.888	14.208	12.538	Caixa líquido utilizado/(proveniente) nas atividades de			
Baixa do intangível - impairment	639	639	1.758	investimento	(6.772)	(10.187)	(126.729)
Resultado de participações em controladas	(82.702)	(161.763)	(149.189)			/	
Provisões para contingências	21.285	43.500	99.677	Atividades de financiamento			
Reversão de ativo fiscal diferido	(163.157)	(118.200)	(266.671)		552.383	616.162	688.727
(Lucro)/Prejuízo na alienação de imobilizado	76	76	(997)	Aumento em depósitos			
Variação de ativos e obrigações	244.157	(935.252)	24.945	Aumento em captações no mercado aberto		1.170.471	273.972
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.289.619	(44.993)	1.944.086	Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses			6.233.505
Aumento em TVM e instrumentos financeiros derivativos				Juros pagos	(33.851)	(45.436)	(22.554)
(ativos/passivos)	(1.892.887)	(1.085.027)	(706.244)				
Redução em Relações interfinanceiras e interdependências				Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades de			
(ativas/passivas)	(14.311)	(18.529)	70.800	financiamento	1.827.677	(9.128.226)	7.173.650
Redução/(Aumento) em operações de crédito	142.483	54.739	(127.979)			(****=**)	
Redução/(Aumento) em outros créditos	1.304.001	(3.138.935)	451.914	Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	2 060 695	(9.939.211)	6.928.290
Redução/(Aumento) em outros valores e bens	(900)	(2.230)	2.800	• • • • •			
(Redução)/Aumento em outras obrigações	(637.412)	3.202.295	(1.692.630)	Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		16.245.985	9.317.695
Imposto de renda e contribuição social pagos	(45.198)	(55.609)	(13.673)	Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	6.306.774	6.306.774	16.245.985
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	318	174	(196)				
Juros recebidos	98.444	152.863	96.067	Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.060.685	<u>(9.939.211</u>)	6.928.290

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição"), localizado em São Paulo, está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2016. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. 3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência. (b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de swaps, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, *swaps* e termos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada "ajuste de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). • Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável.

• Futuros: cotações e taxas publicadas pela BM&FBovespa. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento prevista pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (Credit Valuation Adjustment): são realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação. (c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos da Resolução nº 2.682 do CMN. (d) Permanente: Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando . taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: imóveis de uso - 8%, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios - 10% e equipamentos de processamento de dados e sistemas de transporte - 20%. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 3.566, de 29 de maio de 2008, do CMN tem periodicidade anual. • O diferido está representado, principalmente, por gastos no desenvolvimento de sistemas que são amortizados com base no método linear considerando a taxa de 20% ao ano. Em atendimento à Resolução nº 3.617 do CMN de 30 de setembro de 2008, a Administração decidiu pela permanência dos saldos existentes de diferido em 30 de setembro de 2008 até a sua efetiva baixa. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um lir previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. . Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Foram realizados testes na linha de Outros Ativos Intangíveis, seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01). (e) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (f) Passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda seiam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (g) Imposto de renda e contribuição social: A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015, conforme nova redação do artigo 3º da Lei nº 7.689/88, estabelecida pela Lei nº 13.169/2015. A alíquota de CSLL será de 20% até 31 de dezembro de 2018, e de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019. O ativo e o passivo fiscal diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, foram aplicadas as alíquotas esperadas de realização sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de crédito tributário e passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL. (h) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original

de vencimento não superior a 90 dias. (i) Unidade de ações restritas: Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Banco registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Banco registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre grant e vesting, assim se valor do vesting for menor que o valor do grant no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital da Instituição. **4. Gerenciamento de riscos e de** capital: O conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. (a) Risco de mercado: É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do conglomerado prudencial J.P. Morgan. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (commodities). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco da Instituição. As operações realizadas restrigem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle. **(b) Risco operacional:** É o risco de perda resultante de processos ou sistemas inadequados ou deficientes ou de eventos externos que não são relacionados a eventos de mercado ou crédito. Para monitorar e controlar o risco operacional, a Instituição mantém um arcabouço de Risco Operacional que inclui governança, gerenciamento dos riscos, mensuração de capital, monitoramento e comunicação efetiva de eventos e riscos operacionais. Este arcabouço tem como objetivo que a Instituição tenha um ambiente operacional bem controlado em termos de gerenciamento de risco operacional. Os relatórios de controle e gerenciamento de risco operacional provêm informação, incluindo níveis correntes de perda operacional, resultados de autoavaliação de riscos e *status* da resolução de eventos para as linhas de negócio e alta administração. A Instituição possui um processo para capturar e monitorar eventos de riscos operacionais. A Instituição analisa os erros e perdas e identifica tendências. Esta análise permite a identificação das causas associadas com os eventos de risco que as linhas de negócio enfrentam. Para que o risco operacional seja monitorado e avaliado, as linhas de negócio e as áreas corporativas utilizam o processo de Autoavaliação de Riscos e Controles (RCSA). Com o processo do RCSA, a alta administração identifica riscos operacionais significativos, avaliam o desenho e efetividade operacional dos controles relevantes utilizados para mitigar o risco e avaliar o risco residual. Planos de ação são desenvolvidos para controlar problemas que são identificados e as linhas de negócio são responsáveis por resolver estes problemas rapidamente. (c) Risco de liquidez: É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de limites mínimos a serem aplicados em ativos de alta liquidez do grupo. **(d) Risco de crédito:** É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da Área de Crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*) e aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do *portfólio* de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. (e) Gerenciamento de capital: É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do conglomerado. utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse. 5. Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 108.599 (2014 - R\$ 400.004) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 6.198.175 (2014 - R\$ 15.845.981) (Nota 6).

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015	2014
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas	6.198.175	15.845.981
Posição bancada	1.304.064	11.395.935
Posição financiada	4.853.220	3.972.528
Posição vendida	40.891	477.518
Aplicações em depósitos interfinanceiros	89.606	44.613
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	6.287.781	15.890.594

Total das aplicações interfinanceiras de liquidez			6.287.781	15.890.594
7. Títulos e Valores Mobiliários – TVM (a) Classificação e composição da carteira				
		Ganhos /	Valor de	Valor de
	Valor de	(Perdas) não	mercado	mercado
	custo	realizados	em 2015	em 2014
Títulos para negociação	12.961.147	(8.505)	12.952.342	7.858.806
Carteira própria	6.496.358	29.400	6.525.758	4.124.565
LFT	92.559	31.186	123.745	53.032
LTN	2.153.342	(317)	2.153.025	275.110
NTN-B	59.927	76	60.003	52.819
NTN-C	52	-	52	59
NTN-F	187.924	(1.245)	186.679	243.475
Debêntures	268.775	(305)	268.470	24.923
Notas promissórias	-	-	-	144.673
Cotas de fundos de investimentos	3.733.309	-	3.733.309	3.326.604
Ações	470	5	475	3.870
Vinculados a compromissos de recompra	747.905	(975)	746.930	43.513
LTN	747.905	(975)	746.930	43.513
Vinculados à prestação de garantias	5.716.884	(37.230)	5.679.654	3.690.728
LFT	867.199	(28.775)	838.424	345.500
LTN	4.414.976	(1.369)	4.413.607	2.977.766
NTN-B	295.310	(5.756)	289.554	71.575
NTN-C	3.359	(243)	3.116	2.957
NTN- F	136.040	(1.087)	134.953	292.930
Títulos disponíveis para venda	463.704	(15.244)	448.460	559.756
Carteira própria		-	-	149.934
LTN	-	-	-	149.934
Vinculados à prestação de garantias	463.704	(15.244)	448.460	409.822
LTN	463.704	(15.244)	448.460	409.822
Total da carteira de TVM	13.424.851	(24.049)	13.400.802	8.418.562

Continua..

5.753.330

1.053.215

1.823.721

191.571

191.928

1.646

76.497

49.406

5.945.258

1.054.861

268.068

1.873.127

2.263.761

1.319.252

165.564

650.452

Total .

Operações de swap

Operações a termo

Operações com opção

Outros derivativos

Banco J.P. Morgan S.A.

C.N.P.J. n° 33.172.537/0001-98 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) ..continuação (c) Composição do valor nominal por vencimentos (b) Cotas de fundos de investimentos: As cotas de fundos de investimento estão representadas, basicamente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento financeiro exclusivo, cuja composição da carteira é 1 a 3 Acima de Total 3 meses 2015 2014 demonstrada abaixo: meses anos 3 anos 16.610.575 73.146.828 Ativo/ Ativo/ 6.072.300 11.409.338 Operações com opções - Comprada 3.082.228 111.748 6.793.584 (Passivo) (Passivo) Operações com opções - Vendida 3.082.562 2.144.456 109.648 6.072.300 11.408.966 6.833.074 2015 2014 Operações de futuros - Comprada ... 21.910.085 7.594.833 9.551.597 6.664.390 45.720.905 34.224.925 3.236.485 Fundo de investimento financeiro – exclusivo 3.720.210 Operações de futuros - Vendida 13.223.582 39.881.543 10.737.661 1.109.212 64.951.998 37.184.525 Títulos e valores mobiliários 3.830.500 3.279.956 Operações a termo - Comprada 62.685 337.075 49.955 77.749 Operações a termo - Vendida 182.914 184.320 204.680 3.439.997 5.271.379 2.499.997 109.245 (d) Valor nominal por local de negociação 197.667 Balcão Total Credores por empréstimos de ações (2.184.858)(2.378.289)(Cetip) 2015 Direitos por empréstimos de ações 25.409 2.205 30.922.060 73.146.828 42.224.768 42.486.879 (7.742)Mercado futuro (52.213)6 793 584 Operações com opções - Comprada 11 219 11.398.119 11.409.338 Futuro – DI 314 Operações com opções - Vendida 11 408 966 10.126 11.398.840 6.833.074 Futuro – Índice (6.565)(19.349)Operações de futuros - Comprada 45.720.905 34.224.925 45.720.905 (1.183)64.951.998 Operações de futuros - Vendida 64.951.998 (30)Operações a termo - Comprada 481.301 481.301 337.075 (33.148)Operações a termo - Vendida 571.914 571.914 981 597 (25.190)(22.712)Outros derivativos 26.958.700 26.958.700 24.143.483 (25.190)Swap (e) Valor nominal por contraparte (45.331)22.566 Pessoa Instituições Investidores Câmaras de Ações <u>física</u> <u>jurídica</u> <u>financeiras</u> <u>institucionais</u> <u>liq</u>uidação (44.253)2.583 Operações de (21.833)...... 80.676 12.194.613 14.292.794 12.669.780 33.908.965 73.146.828 42.486.879 swap (44.564) 13.651 Operações de 293.765 9.449.072 985.684 12.068.438 21.345 22.818.304 13.626.658 Valores a (pagar)/receber (32.148)8.868 Operações de - 110.672.903 **110.672.903 71.409.450** futuros 13.099 90.119 Operações de 1.053.215 1.053.215 1.318.672 Total cotas de fundos de investimento Outros derivativos . 20.658 17.261.685 26.958.700 24.143.483 (c) Composição por prazos de vencimentos dos papéis (f) Resultado por produto Até 3 1 a 3 Acima de Sem Resultado Resultado vencimento meses 3 anos Total meses anos líquido 2015 líquido 2014 6.525.758 Carteira própria 475 5.570.364 414.540 237.999 302.380 (28.370) (263,360) Vinculados a compromissos de recompra 746.930 746.930 (65.165)Vinculados à prestação Operações de futuros (1.653.571)(273.801)de garantias 3.723.776 1.071.790 1.027.745 304.803 6.128.114 Operações a termo (532)Total da carteira – 2015 475 10.041.070 1.486.330 1.265.744 13.400.802 Outros derivativos Total da carteira – 2014 3.873.970 3.312.522 689.869 3.870 8. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 6.128.114 (2014 - R\$ 4.100.550), registradas como derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas vinculados à prestação de garantias. 9. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda duvidosa: A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN. A carteira de crédito é e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com composta por empréstimos no montante de R\$ 715.563 (2014 – R\$ 736.762), títulos descontados no montante instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou de R\$ 69.804 (2014 – R\$ 83.435), financiamentos no montante de R\$ 97.857 (2014 – R\$ 54.016) e empréstimos de ações no montante de R\$ 30 (2014 – R\$ 63.780) classificados em operações de crédito e por adiantamentos sobre contrato de câmbio no montante de R\$ 903.290 (2014 – R\$ 635.810), classificados em Carteira de indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue: (a) Composição por indexador 2015 2014 Valor Principal devedor...... 504.376 350.714 Valor a nominal nominal Percentual em relação ao total da carteira de crédito - % 22% 28% 2014 1.254.642 1.033.789 Dez maiores devedores .. 5.945.258 73.146.828 42.486.879 1.380.018 Percentual em relação ao total da carteira de crédito - % 276.744 6.477.224 4.292.359 (b) Composição por nível de risco 887.394 2.823.027 58.260.084 30.261.509 2015 2014 367.245 2.845.487 8.409.520 7.933.011 Provisão Total da Total da Provisão Ajustes prudenciais 1 (39.675)carteira carteira constituída constituída Operações com opções 271.469 268.068 22.818.304 13.626.658 Compra de opção de: 271.469 11.409.338 6.793.584 654 130 708 23.359 Compra de dólar 166.698 55.887 559 Compra de índice de ações 248.250 1.526.553 76.748 2.302 Compra de ação 30.827 939.812 713.580 3.591 Venda de dólar..... 31.567 2.294.869 1 155 252 1.931 Venda de índice de ações 38.900 264.039 1.426.920 Venda de ação 2.888 60.791 192.035 1.573.803 1.786.544 5.639 Aiustes prudenciais 1..... (384)(c) Evolução da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa 11.408.966 Venda de opção de: 268.068 6.833.074 2014 Compra de dólar 161.777 7.589.313 1.779.244 Compra de índice de ações 925 1.526.553 (27.463) Reversão de provisão (186)Compra de ação 32.454 942.971 245.350 Saldo final .. 5.453 5.639 2.307.855 31.624 1.155.252 Adicionalmente, no ano foi constituída provisão de R\$ 381 (2014 - R\$ 383) referente a títulos e créditos a receber Venda de índice de ações 1.426.920 38.505 264.039 sem características de concessão de crédito, classificada em "Outros créditos". O saldo da provisão dos Venda de ação 2.783 56.538 699.755 referidos títulos e créditos totalizam R\$ 7.611 (2014 - R\$ 7.231). Em 2014, houve recuperação de operação de 71.409.450 Operações com futuros 256.753 110.672.903 391,261 crédito baixada para prejuízo, sendo o valor recuperado de R\$ 3.250. Não houve renegociação de créditos nos Posição comprada 250.211 8.452 45.720.905 34.224.925 exercícios de 2015 e 2014. **10. Negociação e intermediação de valores:** "Negociação e intermediação de Cupom cambial - DDI 206.778 11.510.598 5.705.969 valores" no ativo referem-se a operações de bolsas a liquidar no valor de R\$ 28.879 (2014 - R\$ 457.575) e DI de 1 dia 30.394.044 23.788.624 8.452 operações com ativos financeiros e mercadorias no montante de R\$ 1.001.615 (2014 - R\$ 40.830) e, no passivo 43.422 3.816.263 4.730.332 principalmente, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 763.231 (2014 – R\$ 160.499), 382.809 64.951.998 37.184.525 Posição vendida 6.542 operações com passivos financeiros a liquidar no valor de R\$ 391.341 (2014 - R\$ 383.430) e credores por Cupom cambial - DDI 361.934 empréstimos de ações R\$ 10.122 (2014 - R\$ 6.600). **11. Outros créditos e outras obrigações - carteira de** 9.926.869 câmbio: "Outros créditos - carteira de câmbio" estão representados, principalmente, por câmbio comprado a 20.828 544.589 liquidar no valor de R\$ 3.059.644 (2014 - R\$ 5.016.472), direitos sobre vendas de câmbio no valor de 29.023 Cupom IPCA R\$ 5.100.911 (2014 - R\$ 561.231) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda nacional líquido 228.042 de juros a receber no valor de R\$ 28.775 (2014 – R\$ 11.020). "Outras obrigações - carteira de câmbio" estão representadas, principalmente, por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 5.071.831 (2014 – R\$ 567.341) e Índice de ação 65.603 Selic – OC1 .. 2.664 35.225.587 16 482 149 1.055.515 1.318.672 obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 2.771.084 (2014 - R\$ 4.670.265) e foram deduzidos por Operações a termo 1.054.861 1.053.215 adiantamentos sobre contratos de câmbio no valor de R\$ 895.792 (2014 – R\$ 621.140). 483.601 Posição comprada 481.301 481.301 337.075 12. Outros créditos e outras obrigações Títulos públicos 483.601 481.301 481.301 337.075 Posição vendida (a) Outros créditos - diversos 571.914 573.560 571.914 981.597 2015 2014 Títulos públicos 573.560 Devedores por depósitos em garantia (Nota 18 (a)) 764.006 Outros derivativos 26.958.700 1.148.670 1.873.127 24.143.483 Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota 19) 396.497 273.027 1.149.544 1.863.649 26.123.800 24.143.483 Títulos e créditos a receber – com característica de concessão de crédito 10.223 Outros derivativos 6.210 9.478 834.900 Títulos e créditos a receber – sem característica de concessão de crédito 9.005 8.625 Ajustes prudenciais 1 (7.084)Impostos e contribuições a compensar 785 15.249 Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações a termo e opções estão registrados na rubrica Outros 6.334 12.249 de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação 1.021.759 1.176.627 de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação. 1 Referem-se a ajustes de CVA, (b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias precificação e/ou liquidez, conforme descrito na nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)). 2015 2014 (b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado Impostos e contribuições a recolher .. 45.145 16.240 Valor de Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro 82.797 Valor de (Perdas) não mercado mercado Provisão para riscos fiscais (Nota 18 (a)) 361.268 343.961 custo realizados 2015 2014 489.210 360.201 3.855.672 Ativo 3.529.405 326.266 3.153.866 (c) Outras obrigações - diversas Operações de swap 1.380.018 1.018.211 1.198.794 181.224 2015 2014 1.053.215 2.300 1.055.515 1.319.117 Operações a termo 351.416 146.561 Operações com opção 98.195 271.469 102.431 87.161 Outros derivativos 1.148.670 669.977 1.104.123 44.547 45.631 42.363 9.141.314 8.821.837 319,477 4.399.029 Passivo ..

Provisões para despesas administrativas

Credores diversos exterior

10.718

3.858

638.907

14.706

29.361

20.181

545.188

Continua

Banco J.P. Morgan S.A.

C.N.P.J. n° 33.172.537/0001-98

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) ..continuação

13. Fai licipações eili sociedades controladas				
•	J.P. Morgan S.A. DTVM	J.P. Morgan CCVM S.A.	Total em 2015	Total em 2014
Participação no capital integralizado - %	100,00	100,00	_	-
Patrimônio líquido	320.798	602.583	-	-
Lucro líquido do exercício	88.273	73.490	-	-
Resultado de participações em controladas	88.273	73.490	161.763	149.189
Valor contábil do investimento	320.798	602.583	923.381	761.612
14. Imobilizado de uso: "Imóveis de uso" estão				

R\$ 43.119 (2014 - R\$ 43.105) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (2014 - R\$ 46.203). Outras imobilizações de uso estão representados, principalmente, por instalações, no valor de R\$ 27.890 (2014 - R\$ 26.838), móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 25.099 (2014 - R\$ 24.264), equipamentos, no valor de R\$ 17.935 (2014 - R\$ 16.138) e sistemas de processamento de dados, no valor de R\$ 39.554 (2014 - R\$ 35.238). 15. Ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por Aquisição da Carteira da J.P. Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 7.937 (2014 – R\$ 8.576) e aquisição de Código-Fonte no valor de R\$ 2.500 (2014 - R\$ 2.500). Para avaliação do valor recuperável de ativos intangíveis foi utilizado a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado e indicadores de mercado. Com base nessa avaliação, o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período foi de R\$ 639 (2014 - R\$ 1.758) na linha de "Outras despesas administrativas"

16. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Jeili	ALC	3 a 12	1 4 5	Jaj	Aciilla de	iotai	iotai
	vencimento	meses	meses	anos	anos	5 anos	2015	2014
Depósitos à vista	227.770	-	-	-	-	-	227.770	221.075
Depósitos								
interfinanceiros	-	2.031.325	-	-	-	-	2.031.325	2.016.865
Depósitos a prazo		177.628	403.675	674.855	712.684	258	1.969.100	1.374.093
Total	227.770	2.208.953	403.675	674.855	712.684	258	4.228.195	3.612.033
(b) Captações no m	ercado abert	о						
` ′ • •				,	\+ó 2	1 1 1 2	Total	Total

3meses meses 2015 2014 743.540 Carteira de terceiros 4.853.220 4.853.220 3.972.528 Carteira livre movimentação 41.241 41.241 479.477 5.638.001 5.665.736 4.495.265

17. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados, principalmente, por recursos captados junto a instituições financeiras do J.P. Morgan Chase Bank no exterior com vencimento até outubro de 2016 no valor de R\$ 3.836.129 (2014 - R\$ 4.788.140). Em 31 de dezembro de 2014 havia R\$ 9.299.964 com vencimento até novembro de 2015. As taxas de juros variam até 0,70% ao ano em 2015 e 0,38% em 2014. De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo as determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2015, o Banco considerou, para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizadas com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, uma vez que nesse dia ocorreu uma variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria um diminuição de R\$ 25.840. 18. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depositos judiciais		Pr	rovisoes	
	2015	2014	2015	2014	
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	708.608	651.723	361.268	343.961	
Cíveis	21.780	21.774	102.431	87.161	
Trabalhistas	33.618	28.889	45.631	42.363	
Total	764.006	702.386	509.330	473.485	
(b) Marrimantação dos coldos notrimanisis		Ficesi			

previdenciárias outros passivos Total Total Trabalhistas Cíveis contingentes em 2015 em 2014 Despesas financeiras – juros 16.239 2.474 21.242 39.955 72.338 Constituições ... 2.384 27.339 500 661 3.545 Anistia (Nota 18 (d)) (2.224) Reversões (497)(270)(4.596)(5.363)(98.578) Pagamentos (972)(1.320)(2.292)102.431 45.631 361.268

(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro/2014, e a R\$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718/98 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para PIS e COFINS devido por instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685/2013, a Instituição revisou seus processos de PIS e COFINS e incluiu os casos remanescentes de PIS e COFINS Lei nº 9.718/98 (alargamento da base) no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941/2009 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos. No ano de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para débitos de PIS e COFINS de instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685/2013, a Instituição revisou seus processos e incluiu os casos de PIS e COFINS decorrentes da desmutualização dos quais era parte no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. (d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes: A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas. sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 139.916 (2014 -R\$ 106.492); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 109.522 (2014 - R\$ 104.576); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 775 (2014 – R\$ 726); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 31.233 (2014 - R\$ 29.405) e (v) outros casos que totalizam R\$ 8.539 (2014 - R\$ 7.956). (e) Ações trabalhistas: Referem-se a ações trabalhistas contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos montam R\$ 86.915 (2014 - R\$ 24.335). (f) Ações cíveis: O Banco também foi acionado iudicialmente em acões cíveis, incluindo aquelas que são parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras, relacionadas principalmente a planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro. Adicionalmente, em anos anteriores, foi constituída provisão referente à discussão sobre penas de multas pecuniárias aplicadas a esta Instituição. O montante provisionado representa a avaliação da administração e de seus assessores jurídicos das perdas prováveis nessas ações. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 5.283 (2014 - R\$ 5.939). 19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2015	2014
Diferenças temporárias	396.497	251.273
Contingências cíveis	30.291	26.237
Contingências trabalhistas	19.996	16.945
Provisão para devedores duvidosos	9.299	6.126
Provisão para honorários advocatícios	4.164	4.717
Provisão para participação nos lucros	92.263	60.177
Marcação a mercado – TVM e derivativos	140.791	58.420
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 3(i))	93.341	69.850
Outros	6.352	8.801
Prejuízos fiscais e base negativa		21.754
Total de créditos tributários – ativo	396.497	273.027

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 220.434 (2014 – R\$ 118.819) sobre diferenças temporárias e R\$ 53.494 (2014 - R\$ 162.566) sobre prejuízo fiscal e base negativa, tendo sido realizado R\$ 75.209 (2014 -R\$ 381.373) sobre diferenças temporárias e R\$ 75.248 (2014 - R\$ 165.791) sobre prejuízo fiscal e base negativa. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 396.497 é estimada em 39% no 1° ano, 10% no 2° ano, 3% no 3° ano, 14% no 4° e 5° anos, e 4% do 6° ao 10° ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 252.121 (2014 - R\$ 188.086). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, objeto de discussão na esfera administrativa, monta a R\$ 127.822 (2014 - R\$ 154.861). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3 (g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2015	2014
Resultado antes do IR e CSLL – deduzido das participações nos lucros	396.693	495.380
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes	(178.512)	(198.152)
Resultado de participação em controladas	72.794	59.676
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(3.498)	(43.233)
Baixa de ativo diferido	27.039	(154.861)
Efeito CSLL 5%	40.682	-
Outros	601	27.578
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	137.618	(110.840)
Resultado de IR e CSLL no exercício	(40.894)	(308.992)

20. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 56.625.110 ações nominativas, sendo 54.707.958 ordinárias e 1.917.152 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de Lucros - Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de Lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída, quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 22 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente. 21. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan): As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan CCVM S.A. e J.P. Morgan S.A. DTVM são empresas controladas pelo Banco J.P. Morgan S.A. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo				
	A4:	2015	A 45	2014
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
Discontibilidade em mando estrancias		(despesas)		(despesas)
Disponibilidade em moeda estrangeira	108.599 4.876	-	396.004 2.632	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI JPMorgan Chase Bank National Association	103.723	_	393.372	-
Aplicação em moeda estrangeira	103.723	2.649	333.372	3.158
JPMorgan Chase Bank National Association	_	2.649	-	3.158
Instrumentos financeiros derivativos	(1.330.505)	(11.256)	281.533	(16.751)
JPMorgan Chase Bank National Association	(,	(11120)		(101101)
São Paulo Branch	(24.043)	(85.715)	33.875	(7.674)
Lawton Multimercado	(1.306.462)	74.459	247.658	(9.077)
Serviços prestados a receber	8.691	184.426	19.764	154.928
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	55	331	-	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	3.692	46.062	4.099	37.015
J.P. Morgan Securities Asia Pacific Limited	-	-	10.357	10.357
J.P. Morgan Securities LLC	2.257	21.360	5.170	27.524
JPMorgan Ast Mgt EUR	181	1.522	138	1.516
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	9.629	-	16.698
Lawton Multimercado	2.506	9.812	-	576
JP Morgan Limited	-	8.044	-	-
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	-	587	-	-
JP Morgan Whitefriars	-	87.079	-	61.242
Outros valores a receber/ (a pagar)	(584)	-	(407)	130
J.P. Morgan CCVM S.A.	(473)	-	(407)	
JPMorgan Asset Management (Europe) S.A. r.I		-	-	16
JP Morgan Overseas Capital Corporation	(111)	-		114
Depósitos à vista	(7.977)	-	(3.626)	-
Lawton Multimercado	(90)	-	-	-
Chase Manhatan Holdings Limitada	(105)	-	(44)	
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio	(46)	-	(57)	-
HCM Participações Brasil Ltda.	(4.946)	-	(0.100)	-
J.P. Morgan CCVM S.A.	(910)	-	(2.198)	
J.P. Morgan S.A DTVM	(189)	-	(336)	
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(282)	-	(343)	
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda Norchem Holdings e Negócios S.A	(16) (62)	_	(111) (40)	
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(50)		(118)	
Gaborone Participações Etda.	(14)	_	(110)	
OEP BRASIL Ltda.	(1.267)	_	(272)	
Depósitos a prazo	(4.532)	(111.567)	(1.583)	
OEP BRASIL Ltda.	(1.231)	(161)	(530)	1
Gaborone Participações Ltda.	(2.110)	(110)	()	-
Lawton Multimercado	(1.191)	(111.296)	(1.053)	(37)
Depósitos interfinanceiros	(2.031.325)	(257.530)	(2.016.864)	. ,
J.P. Morgan S.A. DTVM	(893.273)	(136.562)	(1.091.914)	
J.P. Morgan CCVM S.A.	(605.762)	(64.168)	(514.645)	
JPMorgan Chase Bank National Association	,	,	,	,
São Paulo Branch	(532.290)	(56.800)	(410.305)	(59.548)
Obrigações por operações compromissadas	(2.685.361)	(115.425)	(1.965.348)	(176.888)
J.P. Morgan S.A. DTVM	-	-	-	(32.389)
J.P. Morgan CCVM S.A.	-	(5.306)	(47.490)	(4.671)
JPMorgan Chase Bank National Association				
São Paulo Branch	-	(5.554)	(1.909)	(6.059)
Lawton Multimercado	(2.685.361)	(104.565)	(1.915.949)	(133.769)
Obrigações por empréstimos em moeda				
estrangeira	(3.836.129)	(21.583)	(14.707.436)	(22.525)
JP Morgan Chase Bank London - GMI	-	-	(8.043)	, ,
JPMorgan Chase Bank National Association	(3.836.129)		(14.699.393)	
Negociação e intermediação de valores	(411.966)	(798)	148.849	1.183
J.P. Morgan CCVM S.A.	(411.966)	(798)	148.849	1.183
Operações de câmbio	14.925	16.537	-	-
JPMorgan Chase Bank National Association	4.00=	40 =0=		
São Paulo Branch	14.925	16.537	(440.000)	(470 446)
Despesa de pessoal	(147.258)	(57.153)	(112.889)	
JPMorgan Chase & CO	(147.258)	(57.153)	(112.889)	(176.443)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. (b) Remuneração da administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários do conglomerado. A despesa no exercício com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Salários e encargos	21.346	20.101
Participação nos lucros e gratificações	61.162	45.982
Encargos sobre gratificações	21.009	15.771
Planos de aposentadoria e pensão	1.405	1.190
Outros benefícios	926	1.263

Banco J.P. Morgan S.A.

C.N.P.J. n° 33.172.537/0001-98

..continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Benefícios: (a) Fundo de pensão: O Banco é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro, o Banco contribuiu com R\$ 15.020 (2014 - R\$ 13.155) para o Fundo. (b) Unidade de ações restritas: Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura esta sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o vesting period de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque – NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

		Valor em
	Quantidade	Dólares
	de ações	(USD)
Ações em circulação em 01/01/2015	899.959	41.854
Ações outorgadas durante o exercício (granted)	117.942	6.671
Ações entregues no exercício (vested)	(518.121)	(21.898)
Ações em circulação em 31/12/2015	499.780	26.627
		2014
		Valor em
	Quantidade	Dólares
	de ações	(USD)
Ações em circulação em 01/01/2014	1.123.286	46.454
Ações outorgadas durante o exercício (granted)	222.214	12.861
Ações entregues no exercício (vested)	(445.541)	(17.461)
Ações em circulação em 31/12/2014	899.959	41.854

O montante que transitou no Patrimônio Líquido em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos foi de R\$ 83.846 (2014 – R\$ 179.755) (Nota 3 (i)). O valor da obrigação de repagamento registrado no passivo em 31 de dezembro de 2015, incluindo encargos sociais, é de R\$ 214.542 (2014 – R\$ 175.275). Em virtude desse programa a despesa registrada no exercício é de R\$ 93.845 (2014 – R\$ 60.668), incluindo os encargos sociais. **23. Outras informações: (a)** O total de fundos e carteiras administrados monta a R\$ 36.319.738 (2014 - R\$ 30.988.984). **(b)** Fianças, avais e outras garantias prestadas a

clientes montam a R\$ 1.423.207 (2014 - R\$ 902.055). (c) "Outras despesas administrativas" referem-se principais contas apresentadas no quadro abaixo:

Despesas de serviços com o sistema financeiro	51.059	32.058
Despesa com serviços de terceiros	23.401	19.262
Despesas com viagens	18.257	17.424
Despesas com sistemas e tecnologias	12.380	11.678
Despesas com manutenção e conservação	8.277	10.994
Despesas de comunicação	12.355	9.471
Despesas com aluguel	13.154	14.575
Despesas de depreciação e amortização	14.208	12.538
Despesas de amortização - impairment	639	1.758
Despesas diversas	48.448	58.448
Total	202.178	188.206
(4) 0		
(d) Composição de "Outras receitas operacionais" e "Outras despesas operacionais"		
(a) Composição de Outras receitas operacionais e Outras despesas operacionais	2015	2014
Outras receitas operacionais Outras receitas operacionais	2015 138.529	2014 433.570
Outras receitas operacionais	138.529	433.570
Outras receitas operacionais Reversão de provisões operacionais Reversão de juros por adesão à anistia (Nota 18 (c))	138.529	433.570 3.112
Outras receitas operacionais Reversão de provisões operacionais Reversão de juros por adesão à anistia (Nota 18 (c)) Atualização de depósitos judiciais	138.529 50.226	433.570 3.112 373.296
Outras receitas operacionais Reversão de provisões operacionais Reversão de juros por adesão à anistia (Nota 18 (c))	138.529 50.226 - 61.725	3.112 373.296 52.588
Outras receitas operacionais Reversão de provisões operacionais Reversão de juros por adesão à anistia (Nota 18 (c)) Atualização de depósitos judiciais Outras	138.529 50.226 61.725 26.578	433.570 3.112 373.296 52.588 4.574
Outras receitas operacionais Reversão de provisões operacionais Reversão de juros por adesão à anistia (Nota 18 (c)) Atualização de depósitos judiciais Outras Outras despesas operacionais	138.529 50.226 61.725 26.578	433.570 3.112 373.296 52.588 4.574
Outras receitas operacionais Reversão de provisões operacionais Reversão de juros por adesão à anistia (Nota 18 (c)) Atualização de depósitos judiciais Outras Outras despesas operacionais Atualização monetária de provisão para outras obrigações - fiscais,	138.529 50.226 61.725 26.578 59.289	433.570 3.112 373.296 52.588 4.574 151.473
Outras receitas operacionais Reversão de provisões operacionais Reversão de juros por adesão à anistia (Nota 18 (c)) Atualização de depósitos judiciais Outras despesas operacionais Atualização monetária de provisão para outras obrigações - fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis (Nota 18 (b))	138.529 50.226 61.725 26.578 59.289	433.570 3.112 373.296 52.588 4.574 151.473

(e) As participações estatutárias no lucro referem-se a provisionamentos mensais das participações dos funcionários no lucro e nos resultados do Banco. (f) "Receitas de prestação de serviços" referem-se, principalmente, à administração de fundos de R\$ 46.722 (2014 – R\$ 29.334), receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 30.993 (2014 – R\$ 27.709), rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 117.829) e rendas de serviço de assessoria técnica no valor de R\$ 55.079 (2014 – R\$ 38.790). (g) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263, o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

A DIRETORIA Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

_**__** DWC Pricewa São Paulo, 21 de março de 2016

PWC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado J.P. Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2015, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre

outras, o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de autoavaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro 2015.

São Paulo, 17 de março de 2016